



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11081 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MÚLTIPLAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

Paulo Eduardo Silva Galvão - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

Celeida Maria Costa de Souza E Silva - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O presente escrito tem por objetivo compreender a ação pedagógica dos professores do Atendimento Educacional Especializado, como ações resultantes da política educacional institucional inclusiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Para isso, nos apropriaremos da análise utilizando a Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball (1994), com o enfoque centrado no Contexto da Prática.

A “Abordagem do Ciclo de Políticas”, adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Em primeiro plano, os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Em 1994, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994) expandiu o ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política (Mainardes, 2018).

O Contexto da Influência pode ser compreendido como sendo o macro contexto, território de disputas. Para Mainardes (2018), é nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também neste contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. Compreende-se assim que, o Contexto da Influência exerce de forma impactante forças de interesses internacionais

contidos no pensamento hegemônico de organismos e organizações, tanto internacionais quanto nacionais. A força exercida pelo pensamento hegemônico destes grupos atua de forma expressiva tanto nos grupos sociais e quanto nos campos sociais em que eles atuam. Quanto maior for a força exercida por estes grupos, maior será a sua abrangência e domínio. Entendemos, desta forma, a influência exercida por estes grupos hegemônicos no contexto das políticas educacionais.

Quando apreendemos a respeito das Políticas Educacionais Inclusivas para o Ensino Superior ressalta-se que à medida que o aparato legal assegura e promove o acesso, a permanência, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES), a própria instituição produz a sua política institucional. Este processo de produção da política institucional pode ser considerado como o Contexto da Produção do Texto.

O Contexto da Produção do Texto refere-se ao espaço em que as políticas são traduzidas para discursos e, geralmente, passam a estar mais bem articuladas com a linguagem do interesse público em geral. Neste contexto é possível observar a existência de interesses dos grupos hegemônicos, que influenciam as políticas, e dos interesses da população, por meio da conexão com os elementos que permeiam o senso comum. Assim sendo, utilizar o Ciclo de Políticas para a apreensão da produção das políticas educacionais do ensino superior que atendem aos acadêmicos com deficiências permite compreender que esta produção de textos resulta de ações de grupos que disputam interesses em políticas que favoreçam a estrutura e o domínio hegemônico. As disputas acontecem mediante os interesses contidos nas ações firmadas por cada grupo em disputa evidenciando as características destes mediante a sociedade.

No interior das instituições é onde a política está sujeita à interpretação e recriação de acordo com a realidade da IES e a sua localidade. E é nesta localidade que a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Desta forma, compreendemos que as arenas são: IES e locais de atuação dos profissionais da educação. Por sua vez, os grupos de interesse são: professores e demais profissionais que tem papel ativo na aplicação das políticas. Ou seja, é a própria ação e atuação dos envolvidos (atores) na produção da política institucional.

A atuação dos atores na prática da política educacional institucional inclusiva na IES permite que estas ações se tornem ações transformadoras da realidade local tendo como princípio o posicionamento ético, social e crítico dos atores envolvidos.

A política educacional institucional da UEMS evidenciada pelos documentos Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI/2021-2025) permitem analisar que estratégias foram adotadas a fim de atender a prática da política institucional. No que se refere a educação especial inclusiva nos documentos institucionais, podemos destacar:

Quadro 01 - O texto da Política Institucional/UEMS

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2021 – 2025	
<i>Políticas de Ensino</i>	Institucionalizar a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID)
	<u>Meta 1.</u> Criar uma equipe multidisciplinar para análise e acompanhamento do processo de inclusão dos discentes com deficiência.
Projeto Pedagógico Institucional – PPI/2021 – 2025	
<i>Políticas de atendimento ao discente da UEMS</i>	Inclusão e diversidade
	Para atender a essa parcela da população, a Pró-reitoria de Ensino (PROE) tem, na sua estrutura, a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID) que é responsável por orientar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas na UEMS, voltadas para a implementação de políticas institucionais para a Educação Inclusiva, visando a prevenção e o combate a toda forma de discriminação de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Fonte: PDI/PPI (2021-2025). Elaborado pelo Autor

A realidade da IES/UEMS permite que analisemos as ações referentes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Neste ano letivo de 2022, estão matriculados 32 estudantes tanto em Unidades Universitárias como nos Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Destes, 10 alunos solicitaram profissional de Atendimento Educacional Especializado. As deficiências variam entre: auditiva, cegueira ou baixa visão, motora, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência intelectual, múltiplas deficiências e altas habilidades ou superdotação.

O Contexto da Prática, segundo Ball e Bowe (BOWE et al, 1992), é o lugar onde a política é sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto chave é que as políticas não são simplesmente ‘implementadas’ dentro desta arena (contexto da prática), mas são sujeitas à interpretação e então recriadas conforme a realidade da localidade, respeitando as suas especificidades e os atores envolvidos na interpretação da política educacional e na sua atuação.

Para Ball, Maguire e Braun (2012), a “atuação política” corresponde ao movimento no qual a política é colocada em ação – tal como em uma representação teatral ou em uma performance. Esse movimento, segundo os autores, envolve processos criativos de interpretação e tradução.

Com isso, entendemos que, o Contexto da Prática caracteriza-se pela atuação política em si, contendo os significados desta para a localidade e seus diversos atores. Sendo assim,

empreendemos que as políticas educacionais institucionais apresentadas ganham sentido na atuação em cada Unidade Universitária que compõe a IES/UEMS, com seus atores e cenário a partir da realidade e localidade. Assim, voltamos o debate para as ações do Atendimento Educacional Especializado, com seus atores, que atuam a política no interior de cada Unidade Universitária.

No presente momento, é possível apontar a ação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o acadêmico com deficiências no que refere a pesquisa, ensino e extensão. A integração da pesquisa desenvolvida pelas disciplinas permite ampliar o estudo e ações do AEE no que diz respeito ao ensino e aprendizagem. Esta ação desenvolvida no AEE favorece a imersão do acadêmico na prática por meio de pesquisas bibliográficas, laboratoriais e de campo.

A extensão tem grande alcance pedagógico que é contemplado pela ação pedagógica desenvolvida nos atendimentos do AEE, pois possibilita ao acadêmico a vivência sua realidade social. É por meio dela que o sujeito em formação acadêmica e profissional irá formando a sua nova consciência social. O elo entre a extensão de pesquisa, atividades de vivência prática e o AEE criam um espaço de formação pedagógica, própria e insubstituível para o acadêmico.

As atividades de vivência prática, o desenvolvimento da extensão de pesquisa e o AEE, como mediação sistematizada de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade, exigem da universidade criatividade e competências com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno. Com isso, entendemos que a dimensão pedagógica contida no AEE como viés para a extensão tem buscado ser, de forma efetiva e ativa, intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho acadêmico.

Desta forma concluímos que, as ações pedagógicas desenvolvidas pelo AEE possibilitam a análise de que a política educacional institucional da UEMS se manifesta num movimento no qual a política é colocada em ação, pois os atores que encenam este ato de colocar a política em ação são os principais atores que vivenciam a política em si. Neste sentido, empreendemos que o AEE possibilita o uso da Abordagem do Ciclo de Políticas e a Teoria da Atuação para compreendermos como que a política educacional institucional se configura como uma política educacional inclusiva.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado. Política Educacional Institucional. Educação Superior. Educação Especial Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy: policy enactments in secondary schools.** London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 16. Agosto de 2018.

UEMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025**. Disponível em:
<http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2018-06-08_15-01-47.pdf>.
Acesso em: mar. 2022.

UEMS. **Projeto Político Institucional 2021-2025**. Disponível em:
http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/2_2021-02-04_14-55-42.pdf Acesso em: mar.2022.